

2 NOV 1995

EDUARDO PACHECO E SILVA

ESTADO DE SÃO PAULO

A saúde e o custo Brasil



Não adianta municipalizar o SUS, se não formos às raízes do problema

Em recente viagem aos EUA, chamou-nos a atenção o grande número de brasileiros que lá se encontram: caravanas de todos os Estados e de todas as idades, chefiadas por guias munidos de flâmulas de identificação, davam um colorido todo especial aos diversos locais por onde passamos. Bandeiras brasileiras em vitrinas de lojas eram tão comuns em algumas cidades que nos davam a impressão de estarmos ainda em nosso país.

Pretextos os mais variados atraem os turistas, mas no fundo a motivação é uma só: fazer compras. Eletrodomésticos, roupas, computadores e brinquedos por preços abaixo da metade dos encontrados aqui tornam a viagem sumamente atraente e compensadora.

Durante o regresso, vinha trocando idéias sobre o fenômeno, chegando todos à conclusão de que o Brasil precisa urgentemente reduzir o custo de seus produtos, se quiser realmente estabilizar sua economia.

Problemas decorrentes da ineficiência de métodos produtivos, da ambição desmetida de muitos e do excesso de tributos estão nos levando a uma situação insustentável.

Ao chegarmos aqui de volta, ávi-

dos pelas notícias locais, deparamos com algumas, que nos chocaram: Jatene quer recriar o imposto sobre cheques; cerca de cem indústrias cerâmicas do Interior do Estado, ameaçadas de falência por não conseguirem recolher o ICMS e contribuições previdenciárias; mais de mil ônibus brasileiros dirigem-se diariamente ao Paraguai, lotados de "sacoleiros"; o desemprego aumenta, e assim por diante.

Esses fatos falam

por si e mostram a raiz de nossos males.

Enquanto as empresas, com processos e equipamentos obsoletos, já não conseguem recolher os impostos devidos, ainda se procura aumentá-los. Ao mesmo tempo, a mentalidade inflacionária ainda persistente faz com que pessoas, as mais diversas, viajem para adquirir mercadorias que revenderão pelo dobro ou triplo.

Para reverter essa situação será preciso que o próprio governo dê o exemplo, criando melhores condições para o funcionamento da empresas.

Um dos pontos que mais estrangulam nossa economia é justamente o das contribuições previdenciárias, que oneram sobremaneira os

custos e desestimulam a contratação de empregados. Até pouco tempo atrás, as firmas empregadoras recolhiam ao então INPS uma parcela de 8% sobre a folha de mão-de-obra (mais as taxas destinadas à LBA, Sesi, Senai, etc...). Essa alíquota permitia ao instituto conceder aposentadorias e prestar o atendimento à saúde da população.

Com o passar do tempo, porém, como boa parte das arrecadações se perde no caminho entre os contribuintes e os beneficiários, essa porcentagem foi se tornando insuficiente e sendo elevada rapidamente.

Hoje já está em 20%, e ainda se pede um imposto extraordinário sobre movimentação financeira, cuja alíquota não se sabe onde irá parar.

Se a assistência médica fosse prestada sem as perdas acarretadas pela burocracia, e sem o intuito de lucro que caracteriza as entidades de medicina privada, seu custo seria muitíssimo mais baixo.

Há cerca de 20 anos, tive a oportunidade de dirigir uma das mais tradicionais indústrias de tecidos do País. Com cerca de 600 operários, mantinha um serviço social modelar, com berçário, creche, gabinete odontológico de primeira qualidade, atendimento médico permanente, inclusive aos familiares dos empregados, e convênio com hospital local, para internações. Tudo isso, coberto unicamente pela empresa, não lhe custava mais do que 1% da folha de paga-

mento dos funcionários.

Recentemente, com base nessa experiência, os empresários da cidade se organizaram para ajudar sua Santa Casa, contribuindo cada um com uma pequena importância, proporcional à mão-de-obra empregada. Apesar dos bons resultados obtidos, a idéia não pôde ter continuidade por falta de amparo legal, mas demonstrou sua exequibilidade.

Agora, quando se volta a discutir o assunto, julgo que se deveria prosseguir na experiência. Bastaria o INSS abrir mão de uma pequena parte do que arrecada unicamente para cobrir os serviços de saúde. Essa parcela seria recolhida pelas empresas a um órgão local, constituído por representantes dos poderes públicos municipais, dos interessados e do próprio INSS, o qual geriria os recursos e atenderia os necessitados.

De nada adianta falar em municipalização do SUS, se não formos às raízes do problema.

É preciso dar autonomia aos contribuintes e interessados, para que eles administrem os recursos que lhes pertencem, sem desvios nem esbanjamentos.

Só assim nossa população poderá ser convenientemente atendida, como bem disse em recente artigo, neste jornal, o professor Renato Meira.

■ Eduardo Pacheco e Silva, engenheiro, é diretor do Instituto de Engenharia